

# Diário do Legislativo de 26/06/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## CONCURSO PÚBLICO

### CONCURSO PÚBLICO

A Comissão de Coordenação e Supervisão dos concursos públicos para os cargos de Técnico de Apoio e de Procurador comunica a seguir as decisões proferidas pelas respectivas Bancas Examinadoras relativamente aos recursos apresentados pelos candidatos contra o resultado da segunda prova. Comunica, ainda, que o resultado do julgamento dos recursos, devidamente fundamentado, estará à disposição dos candidatos, das 9 horas às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, na sede da FUNDEP – Setor de Concursos, na Av. Pres. Antônio Carlos, 6.627 ("campus" da UFMG), Unidade Administrativa II, andar térreo, em Belo Horizonte.

Edital nº 3/2000

Técnico de Apoio - Bibliotecário – Cód. 301

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
35	Deferido-Alteração do gabarito oficial – Questão Anulada

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área I - Cód. 501

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
01	Indeferido
02	Indeferido
06	Indeferido
07	Deferido-Alteração do gabarito oficial – Questão Anulada
14	Indeferido
16	Indeferido
18	Indeferido
20	Indeferido
29	Indeferido
33	Indeferido
37	Indeferido
38	Indeferido
40	Indeferido
44	Indeferido
46	Deferido-Alteração do gabarito oficial – Questão Anulada
49	Indeferido

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área II - Cód. 502

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
23	Deferido-Alteração do gabarito oficial – Questão Anulada

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área III - Cód. 503

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
---------	-----------

06	Indeferido
08	Indeferido
16	Indeferido
18	Indeferido
20	Deferido-Alteração do gabarito oficial de "C" para "D"
25	Indeferido
37	Indeferido
38	Indeferido
39	Deferido-Alteração do gabarito oficial de "C" para "A"
41	Indeferido

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área IV - Cód. 504

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
19	Indeferido
47	Indeferido
49	Indeferido
50	Indeferido

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área V - Cód. 505

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
06	Indeferido
12	Indeferido
17	Indeferido
19	Indeferido
20	Indeferido

29	Indeferido
31	Indeferido
37	Indeferido
38	Indeferido
41	Indeferido
42	Indeferido
43	Indeferido
48	Indeferido
49	Indeferido

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio - Consultor

Área VI - Cód. 506

Respostas a Recursos

Questão	Resultado
01	Indeferido
02	Indeferido
03	Indeferido
04	Indeferido
05	Indeferido
06	Indeferido
08	Indeferido
09	Indeferido
10	Indeferido
13	Indeferido
14	Indeferido
15	Indeferido
16	Indeferido
17	Indeferido
18	Indeferido

19	Indeferido
20	Indeferido
23	Indeferido
24	Indeferido
28	Indeferido
29	Indeferido
30	Indeferido
35	Indeferido
37	Indeferido
40	Deferido-Alteração do gabarito oficial – Questão Anulada
41	Indeferido
42	Indeferido
43	Indeferido
44	Indeferido
48	Indeferido

A Comissão de Coordenação e Supervisão dos concursos públicos para os cargos de Técnico de Apoio e de Procurador, tendo em vista o provimento dos recursos anteriormente mencionados, comunica a relação corrigida dos aprovados na segunda prova dos concursos a seguir relacionados:

Edital nº 3/2000

Técnico de Apoio - Bibliotecário – Cód. 301

Inscrição	Nome	Nota
44622	Anderson Moraes Abreu	68,00
64982	Aparecida do Carmo	62,00
379	Ariadne Antunes Vilaça Teixeira	72,00
251	Denise Maria Ribeiro Moreira	72,00
41097	Eliana Nunes Cunha	80,00
4342	Elza Maria Gontijo de Magalhães Gomes	62,00
48114	Evânia das Graças Faria Amorim	78,00
48046	Geraldo Izaías Diniz	72,00

2474	Gladys Carla Medeiros Oliveira	78,00
50672	Inês Maria Rodrigues	60,00
48539	João Batista Rodrigues	68,00
65031	Magna Lúcia dos Santos	60,00
633	Márcia Meireles de Melo Diniz	68,00
875	Márcia Milton Vianna	72,00
2030	Maria Angélica Ferraz Messina Ramos	66,00
244	Maria Carmen de Paula Germano	78,00
42003	Maria Lúcia de Lacerda Faria	70,00
46607	Marília Faria Alves	78,00
44069	Miriam Cristina E. Pereira Quites	94,00
2880	Nathália Cafezakis dos Santos	62,00
45366	Nílson Vidal Prata	82,00
147	Nívia de Almeida Lima	78,00
46002	Patrícia Maria de Souza	68,00
41098	Rosilda Angélica Meira	86,00
1809	Silvânia das Graças da Silva	72,00
52027	Soteria Lucas Machado	70,00
44086	Vera Lúcia de Azevedo	80,00
46008	Vera Lúcia Justiniana P. Moreira	74,00
46107	Vilma Camelo Sebe	64,00
46432	Zuleide Ferreira Filgueiras	72,00

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio – Consultor

Área I – Cód. 501

Inscrição	Nome	Nota
44392	Adila Soares Andrade	62,00
51313	Aline Loreto Assis de Almeida	68,00

64544	Aloísio Alves Bie	64,00
2571	Amaury de Matos Rodrigues	74,00
45102	Ana Cristina Ribeiro Guimarães	60,00
50396	Ana Paula Fonseca de Souza	70,00
1611	Ana Tereza de Freitas Quintão Américo	74,00
44385	Andrey Ribeiro Santos	64,00
43509	Arnaldo Francisco Penna	64,00
46422	Cíntia Bayão Gomes	68,00
64724	Cláudia Bastos Amaral	60,00
49604	Cláudia Maria Botrel de Macedo	80,00
45213	Cynthia Vasconcelos Porto	66,00
64635	Daniela Nogueira de Almeida	64,00
615	Delze dos Santos Laureano	72,00
45519	Elexander Camargos Diniz	78,00
45121	Eliane Murta Diniz Starling	70,00
50218	Erika de Laet Goulart Matosinho	60,00
44521	Fernando Luiz da Silva Júnior	76,00
40132	Flávio de Paula Campolina	70,00
67719	Hormino de Almeida Júnior	72,00
41577	Karen Almeida Froner	70,00
50248	Leonardo Antunes Ferraz Fonseca	76,00
41966	Marília Moreira Marques	62,00
44785	Marisa Bernadete dos Santos Dias Campo	60,00
47624	Nara Moreira Silva	62,00
49857	Paula Regina Cambraia	66,00
3361	Roberto Sorbilli Filho	76,00

50234	Romelita Tavares Santos	60,00
606	Rosah Carone Costa Felizardo	68,00
65050	Sílvia Márcia Murta S. Carvalho	68,00
44459	Wladimir Rodrigues Dias	72,00

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio – Consultor

Área II – Cód. 502

Inscrição	Nome	Nota
46482	Ageu Antunes Filho	74,00
46049	Eduardo Henrique de Campos Maia	70,00
46755	Emílio Augusto de Morces Galdo	62,00
68654	Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt	76,00
46158	Gabriel Teófilo Paixão	62,00
2350	Juliana Batista de Souza Franca	74,00
51146	Marcelo Aguiar Barbosa	66,00
40814	Marcelo Xavier Alves	60,00
315	Rafael Ferreira Rocha Monteiro	62,00
1534	Ronaldo Alves Nogueira	66,00
50126	Suzanne Bouchardet	62,00
3748	Wellington Afonso de Andrade	64,00
44278	Wilma Rodrigues Alves	72,00

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio – Consultor

Área III – Cód. 503

Inscrição	Nome	Nota
50178	Alexandre Couto Cardoso	64,00
50984	André Naves Alves	72,00



50040	Ângela Beatriz Costa Câmara	68,00
49823	Geraldo Henrique F. Campos	64,00
3659	Júlio Cadaval Bede	66,00
50039	Maria Juliana Monteiro Albertini	64,00
2706	Maurício Boratto Viana	70,00
48569	Nivaldo Caetano da Cunha	72,00
2875	Sérgio Lafayette de Moraes	66,00
180	Wagner Rocha Mendes	68,00

Edital nº 5/2000

Técnico de Apoio – Consultor

Área VI – Cód. 506

Inscrição	Nome	Nota
49855	Adriana Maria Villela B. de Oliveira	62,00
56730	Antônio Luiz Nunes Salgado	64,00
45181	Cláudia Alves Martins Castanheira	60,00
50987	Inês Campos Duarte Pereira	60,00
577	Maria Regina Álvares Magalhães	64,00
55323	Vladimir Drumond Pinto	62,00

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial das Taxas

Às vinte horas e trinta minutos do dia onze de junho de dois mil e um, comparecem no Salão de Eventos do Grande Hotel de Uberaba os Deputados Paulo Piau e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião, solicita ao Deputado Miguel Matini que proceda à leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, com entidades representativas do Triângulo Mineiro, as altas taxas cobradas pelo Governo Estadual e propor medidas visando à reformulação da legislação vigente. O Presidente registra a presença dos seguintes convidados, a quem convida a tomar assento à mesa: Srs. José Eustáquio Barbosa, Vice-Presidente da CDL; José Maria Barra, Vice-Presidente da FIEMG; Alexandre Pires, Presidente da OAB-subseção de Uberaba; Miguel Ma Tien Min, do Sindicato Rural e da FAEMG; Eclair Gonçalves Gomes, Coordenador do PROCON; Mauro Bonfim, consultor da Assembléia Legislativa, e Dalton da Paixão, da ACIU - SINDIVESTU. Registra-se, ainda, a presença dos Srs. Osvaldir Afonso de Almeida, Presidente do Sindicato de Mármore e Granito do Vale do Rio Grande; Arnaldo Santos Júnior, do Sindicato do Vestuário de Uberaba; Alcício Alves Pereira, Presidente do Sindicato da Indústria Mecânica; Marcelino Marra; Angelo A. Ferrarese; Carlos Alberto Batista Oliveira, da CDL e da Loja Maçônica 4 de junho; Constantino Ramos Felipe, do SINDIPAN; Ataíde Hígino de Cuba, do SINDIPLAST; Alexandre Souza Pires; José Silva da Costa, do Banco Real; Edmar Hiroyuki Yoshimura; Laurence de Melo Borges; Fabiano Lopes dos Santos, assessor do Deputado Adelmo Carneiro Leão; Dalton da Paixão; Lélío Ceabotti; Adão Batistuta; Antônio Vendramini; Antônio Alberto Stociarini; Fúlvio Ferreira; João Batista antunes; Neide Araújo Stociarini e Faker Azur. A Presidência tece as considerações iniciais e, a seguir, concede a palavra ao Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que motivou esta reunião e relator da Comissão. Abertos os debates, fazem uso da palavra componentes da Mesa e da platéia, seguindo-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2001.

Paulo Piau, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - Ambrósio Pinto.

ATA DA 64ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas do dia treze de junho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da

aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente informa que a finalidade da reunião é apreciar a matéria constante na pauta. Informa, ainda, o recebimento do Projeto de Lei nº 1.488/2001, no 1º turno, e designa o Deputado Cristiano Canêdo relator da matéria. Passa-se à 1ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Cristiano Canêdo apresentam requerimentos em que solicitam a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 1.449 e 1.454/2001, respectivamente, ambos no 1º turno. Prosseguindo, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator do Projeto de Lei nº 1.371/2001, no 1º turno, emite parecer pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo nº1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Cristiano Canêdo, relator do Projeto de Lei nº 1.421/2001, no 1º turno, profere parecer mediante o qual conclui pela aprovação da proposição com a Emenda nº 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs. 4 e 5, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e a Subemenda nº1 à Emenda nº 2, que apresenta. O Deputado Sebastião Navarro Vieira solicita vista do parecer do relator, pedido que é deferido pelo Presidente. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. A seguir, são apresentados os seguintes requerimentos: do Deputado Mauro Lobo, solicitando a realização de audiência pública para se discutir a situação atual da carreira do Administrador Público e do funcionamento do Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Colocado em votação, é o requerimento aprovado do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam convocados os Comandantes-Gerais da PMMG e do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, bem como o Diretor da Junta Central de Saúde, para prestarem esclarecimentos sobre a saúde dos militares do Estado e sobre a Resolução nº 3.444, em virtude do não-comparecimento, em 30/5/2001, dessas autoridades na audiência pública realizada pelas Comissões de Direitos Humanos, de Administração Pública e de Saúde. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Sebastião Navarro Vieira, apresenta requerimento solicitando a realização de um evento para a discussão sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs -, nos moldes de um seminário estadual, intitulado: "O Poder Público e o Terceiro Setor". Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Cristiano Canêdo - Cabo Moraes.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 259ª reunião ordinária, em 26/6/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece aos estabelecimentos comerciais a obrigatoriedade de afixação das limitações ao recebimento de cheques e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.124/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ivair Nogueira opinou pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Estado a dar incentivo ao município que implantar o Programa de Aleitamento Materno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e a Emenda nº 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, da Comissão de Administração Pública, e 4, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 992/2000, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a divulgação dos recursos financeiros destinados à educação no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.110/2000, da Deputada Elbe Brandão, que estabelece controle e fiscalização do desmonte de carros e motocicletas pelos ferros-velhos

e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.155/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que proíbe o uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.164/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que institui o Programa para Acompanhamento dos Assentamentos Rurais no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre o serviço voluntário no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

#### ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 10h30min DO DIA 26/6/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.283/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.317/2001, da Comissão de Saúde.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

#### Ordem do dia da 72ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 26/6/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.422/2001, do Governador do Estado; 1.527/2001, do Deputado Antônio Júlio; 1.543/2001, do Deputado Luiz Menezes; 1.534/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.550/2001, do Deputado João Leite; 1.553/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.558/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.571 e 1.572/2001, do Deputado Dilzon Melo; 1.580/2001, do Deputado Bilac Pinto; 1.582/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 1.586/2001, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão Especial do BNDES, a realizar-se às 14h30min do dia 26/6/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### Ordem do dia da 66ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 27/6/2001

##### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.381/2001, do Deputado Dimas Rodrigues, e 1.401/2001, do Deputado Marco Régis; Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Finalidade: discutir a situação dos produtores rurais dos Projetos Irrigados de Pirapora, Jaíba e Gorutuba.

Convidados: Srs. Ciriaco Serpa de Menezes, Superintendente da CODEVASF; Davidson Souza Dantas, Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil em Montes Claros; Antônio Lima Bandeira, Presidente da EMATER; Adílio Teixeira da Silva, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Jaíba; Ricardo Takeo Watanabe, Diretor Presidente da Cooperativa Agrícola de Pirapora; Clemente Teles Neto, Luiz Martins de Oliveira e Paulo Roberto de Carvalho, Diretores da ABANORTE; Orlando Antunes, da ASSIEG; Luiz Martins de Oliveira, da COOFRUT; Paulo Sílvio Nogueira, da COOPERJANA; Orlando Antunes Júnior, da CREDIVAG; Paulo Roberto de Carvalho, do DIG; Carlos Antônio Landi Pereira, do DIJ; Leopoldo D. Ávila Oliveira, do DIPE; José Carlos Carmanini, da FRUCOOP; Izaías Gonçalves Dias, do Sindicato Rural de Janaúba; Lúcio Tolentino Amaral, da Sociedade Rural de Montes Claros; Alexandre Antônio Miranda Viana, da FRUTVALE; Arcendino Armoni Viana, da Cooperativa CITRONORTE Ltda.; Antônio Toledo, da ABC2, e Dirceu Colares de Araújo Moreira, da COOPRATA.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 27/6/2001

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.521/2001, de Bancada do PT.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.318/2001, do Deputado Carlos Pimenta; 2.330/2001, do Deputado Gil Pereira; 2.332/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.338/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.344/2001, do Deputado Kemil Kumaira.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre as obras, já contratadas, previstas para serem executadas na Área Mineira da SUDENE: obras de transmissão de energia - recursos próprios da CEMIG; obras contratadas pelas prefeituras e associações - RDU e Rural; recursos do INCRA destinados aos assentamentos, relacionados com as referidas obras; e a avaliação dos programas "Lumiar" e "Luz Real", relacionando-os com os recursos do Governo Federal

Convidado: Sr. Aloísio Vasconcellos, Diretor de Distribuição e Comercialização da CEMIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 27/6/2001

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoentes Fausto Ferrer Fróes, Superintendente da FHEMIG, e Betty Kopit, Diretora do Hospital de Pronto Socorro João XXIII.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 26/6/2001, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.024/2000, do Deputado Fábio Avelar, que estabelece aos estabelecimentos comerciais obrigatoriedade de afixação das limitações ao recebimento de cheques e dá outras providências; 1.124/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Estado a dar incentivo ao município que implantar o Programa de Aleitamento Materno; 1.431/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências; 493/99, do Deputado Chico Rafael, que dispõe sobre a colocação de produtos em sacos plásticos por comerciantes varejistas e dá outras providências; 992/2000, do Deputado Edson Rezende, que dispõe sobre a divulgação dos recursos financeiros destinados à educação no Estado de Minas Gerais; 1.110/2000, da Deputada Elbe Brandão, que estabelece controle e fiscalização do desmonte de carros e motocicletas pelos ferros-velhos e dá outras providências; 1.155/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que proíbe o uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns; 1.164/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que institui o Programa para Acompanhamento dos Assentamentos Rurais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre o serviço voluntário no Estado, e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de junho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Máquinas "Off-Line"

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Kangussu, Luiz Fernando Faria, Cabo Moraes e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2001.

Alencar da Silveira Júnior, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Genaro, Cabo Moraes, Cristiano Canêdo, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2001, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se debater, em audiência pública, juntamente com representantes da COHAB, a situação dos mutuários dessa Companhia após o advento da Lei Federal nº 10.150, de 21/12/2000.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Lei Robin Hood

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Adaudo, Dinis Pinheiro, Arlen Santiago e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/6/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2001.

Alberto Bejani, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2001, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater o Projeto de Lei n.º 1.431/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação, especificamente, a transferência das universidades estaduais da Secretaria de Ciência e Tecnologia para aquele órgão.

Convidados: Srs. Murílio Avellar Hingel, Secretário da Educação; Antônio Salustiano Machado, Secretário de Ciência e Tecnologia; Gerson de Brito Mello Bosen, Reitor da UEMG; José Geraldo de Freitas Drumond, Reitor da UNIMONTES; Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação; Alúcio Pimenta, ex-Reitor da UEMG; Ernesto machado Coelho Filho, Presidente do Diretório Acadêmico da Fundação de Ensino Superior de Passos e Coordenador dos Diretórios da UEMG.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Rogério Correia, Chico Rafael e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 1º turno, o parecer e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2001.

Ermanno Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei n.ºs 769/1999, 1.272/2000 e 1.359/2001, de se tratar de assuntos de interesse da Comissão e de se debater a indisponibilidade, por parte da Secretaria da Educação, de material pedagógico para o ensino médio público e a proibição imposta pelo órgão quanto a aquisição de material particular.

Convidados: Murílio Hingel, Secretário da Educação; Padre Lázaro de Assis Pinto, Presidente do CEE; Cláudio José Freire Guimarães, representante dos professores; Geraldo Ferreira Vaz e João Batista Gomes, Prefeitos Municipais de Cláudio e de São João do Manhuaçu, respectivamente; Leonardo Coelho Corrêa Rosado, representante dos alunos; Daniel Carvalho de Freitas, representantes dos pais; e João Lucas Mazoni Andrade, Diretor do Projeto Qualidade Soma.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2001.

Paulo Piau, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/6/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir a situação do Projeto Promata e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2001.

José Milton, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.220/2001

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão de Direitos Humanos, a proposição em exame requer ao Presidente da Assembléia Legislativa seja solicitado aos Promotores de Justiça da Comarca de Manhuaçu o envio de cópias dos inquéritos relativos às agressões sofridas pelos presos em 25/4/2001, na cadeia pública local

Publicado em 15/5/2001, foi o requerimento encaminhado à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno..

Fundamentação

A Constituição do Estado, em seu art. 54, § 3º, confere à Assembléia Legislativa a prerrogativa de encaminhar pedido escrito de informações às autoridades do Estado, para exercer papel de fiscalização de que foi constitucionalmente incumbida.

Entretanto, no caso sob comento, temos a convicção que o pedido de informação proposto exorbita do poder conferido a esta Casa, pelas razões que se seguem.

De acordo com o art. 4º do Código de Processo Penal, o inquérito policial é de competência da polícia judiciária, no território de sua respectiva circunscrição, e tem por finalidade apurar fato que constitui crime e apontar a sua autoria, fornecendo elementos necessários à propositura da ação penal pelo membro do Ministério Público.

É importante esclarecer, ainda, que a autoridade policial deve assegurar, no transcorrer do inquérito e pelo interesse da própria sociedade, o sigilo necessário à elucidação do possível crime; não se aplica, portanto, o chamado princípio da publicidade. O Ministério Público, na posse das informações apuradas pelo inquérito policial, lhes deverá conceder acesso apenas aos procuradores da vítima. A lei só admite essa ressalva.

Diante de tais esclarecimentos, entendemos não ser conveniente o Poder Legislativo solicitar tal peça ensejadora da ação penal, porque, assim fazendo, estará atuando como procurador dos envolvidos, fugindo de seu papel primeiro que é o de representar os cidadãos na organização política de seu Estado e na fiscalização dos outros Poderes.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição do Requerimento nº 2.220/2001.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de junho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Álvaro Antônio, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila.

Parecer sobre o Requerimento Nº 2.271/2001

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão Especial do BNDES, a proposição em exame requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja encaminhado pedido de informação à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sobre a existência de registro da empresa BMA - Consegue.

Após a sua publicação, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

De conformidade com o inciso IX do art. 100 do Diploma Regimental, cabe às Comissões, em razão da matéria de sua competência ou da finalidade de sua constituição, encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado ou a outras autoridades estaduais.

Os órgãos do registro de empresas são, em nível federal, o Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC - e, em nível estadual, as Juntas Comerciais, às quais compete a execução do registro de empresas

A Junta se estrutura de acordo com a legislação estadual respectiva. Na maioria das unidades federativas, tem-se preferido revesti-la da natureza de autarquia, como no caso de nosso Estado. Desde a edição da Lei nº 5.512, de 2/9/70, ela está vinculada administrativamente à Secretaria de Indústria e Comércio e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o que justifica o encaminhamento do pedido de informação.

Entretanto, a Lei Federal nº 8.934, de 18/11/94, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, declara expressamente, em seu art. 29, que qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, poderá consultar os assentamentos existentes nas Juntas Comerciais e obter certidões, mediante, apenas, o pagamento do preço estipulado.

Isso quer dizer que tais registros são públicos e que o acesso a eles é franqueado a qualquer um que deles precise tomar conhecimento.

Assim sendo, não consideramos conveniente o pedido de informação proposto, não só pelo que dispõem os citados artigos, mas também pelo que estabelece o art. 83 do decreto que regulamenta a referida lei federal: "As certidões solicitadas a Junta Comercial deverão ser entregues no prazo de quatro dias úteis". Dessa forma, será mais eficiente consultar a Junta Comercial do que esperar o tempo normal de tramitação das proposições nesta Casa, pois corre-se o risco da perda de objeto, visto que os dados solicitados são para subsidiar a Comissão Especial do BNDES, temporária e com prazo estabelecido regimentalmente para a conclusão de seus trabalhos (art. 111, II, § 4º).

#### Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 2.271/2001.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de junho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Wanderley Ávila, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 2.273/2001

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

De iniciativa da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição sob análise solicita à Presidência da Assembléia Legislativa o encaminhamento de cópia do ofício nº 3.247/01 ao Presidente e Diretores da COPASA-MG, respectivamente, Dr. Marcelo Siqueira, José Roizembruch e Carlos Gonçalves Sobrinho. E, ainda, seja solicitada às referidas autoridades a lista das prioridades definidas pela COPASA-MG, para atendimento às cidades do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha, conforme Decreto nº 41.602, de 2/4/2001.

Publicada em 23/5/2001, vem a matéria à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Decreto nº 41.602, de 2/4/2001, mencionado no relatório, prevê "situação de emergência" em 140 municípios do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha.

A escassez de chuva tem acarretado prejuízos irreparáveis à população, principalmente no que tange às atividades econômicas, em especial, a agricultura e a pecuária. Além disso, o longo período de estiagem vem provocando queda na oferta de emprego e comprometendo o abastecimento de água potável na região.

Diante de tal realidade, a mesma autoridade, no intuito de amenizar o sofrimento da população atingida, determinou, via Ordem de Serviço 001/2001- DEX/CEDEC/MG, de 2/4/2001, uma série de medidas a serem implementadas pelos órgãos diretamente envolvidos com a seca, entre eles, a COPASA-MG.

Coube a esse órgão adotar providências no sentido de prover as comunidades afetadas com água potável, por meio de abastecimento via caminhões-pipa, fornecimento de equipamento para operação de poços artesianos e outras alternativas viáveis para concretizar a ação do Governo.

Diante de tais alegações, obtidas por meio do ofício de nº 3.247/2001, enviado pelo Secretário Executivo da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC -, consideramos oportuno o requerimento, pois é de interesse de todos saber das realizações da COPASA-MG objetivando o combate à seca que assola Minas.

Em razão disso, não há óbice quanto à matéria tratada no requerimento. Porém apresentamos-lhe substitutivo, no intuito de suprimir excesso em seu texto.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.273/2001 na forma do Substitutivo nº1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº1

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas solicita à Presidência da Assembléia Legislativa, nos termos regimentais, o encaminhamento de cópia do Ofício nº 3.247/2001 ao Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG. E, ainda, seja solicitada à referida autoridade a lista das prioridades definidas pelo órgão para atendimento às cidades do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha, conforme Decreto nº 41.602, de 2/4/2001.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de junho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Wanderley Ávila, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 2.287/2001

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Rogério Correia, a proposição em tela solicita se peça ao DER-MG que envie a esta Casa a íntegra do contrato firmado entre o Governo do Estado e o Município de Nova Lima, para execução da 2ª etapa das obras de duplicação da Rodovia MG-030.

Após a sua publicação, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno

## Fundamentação

O Regimento Interno deste parlamento atribui à sua Mesa Diretora a competência privativa para emitir parecer sobre requerimento de pedido de informação às autoridades estaduais quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito a seu controle e fiscalização.

A proposição sob comento solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de envio a esta Casa da cópia do contrato firmado entre o Estado e o Município de Nova Lima, para execução da 2ª etapa das obras de duplicação da Rodovia MG-030.

Um ponto merece ser destacado. A Lei nº 11.403, de 21/1/94, que organiza a autarquia DER-MG, dispõe, em seu art. 3º, que é da competência desse órgão, no tocante às formas de cooperação com o município, a execução direta e indireta, dos "serviços de projetos, implantação, pavimentação, conservação, recuperação e melhoramentos em estradas de rodagem sob sua jurisdição ou em outras rodovias e portos fluviais, mediante convênio com as entidades de direito público interessadas". (Grifo nosso.)

Verifica-se, portanto, que o instrumento de ajuste eleito entre a municipalidade e essa autarquia para a consecução do objetivo proposto é o convênio, que poderá prever a execução direta do serviço, a cooperação técnica ou o aporte financeiro.

Assim sendo, podendo o instrumento de ajuste prever até mesmo o financiamento das obras com recursos do erário, cabe à Assembléia Legislativa estudar, na íntegra, os termos do contrato para exercer, com pleno conhecimento de causa, a ação fiscalizadora e controle de que é incumbida.

Cumpre-nos esclarecer que apresentamos emenda ao texto da proposição com o objetivo de explicitar a autoridade destinatária e mudar o documento objeto da solicitação.

## Conclusão

Diante do aludido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.287/2001 com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

### EMENDA Nº 1

Onde se lê "DER-MG" leia-se "Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER-MG".

### EMENDA Nº 2

Substitua-se "contrato firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Nova Lima" por "convênio firmado entre o Estado e o Município de Nova Lima".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 19 de junho de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Ivo José, relator - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 19/6/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.034, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

#### Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 21/06/2001, Bruna Piantino do Pinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/05/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

nomeando Raimundo de Melo Alves para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2001

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2001

Objeto: aquisição de fitas de encadernação e "toner" para impressora Xerox e removedor de película para uso em xerografia.

Em 25/6/2001, o Sr. Diretor-Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa indeferiu o recurso interposto pela empresa Laser Toner do Brasil Ltda. contra sua inabilitação para o item 1.6 na tomada de preços em epígrafe, com fundamento no EXPJ/199/2001, exarado pela Procuradoria-Geral da Casa, e na ata da 57ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação, mantendo a decisão recorrida.

A reunião para abertura dos envelopes contendo as propostas será realizada no dia 29/6/2001, às 13 horas, na Sala de Reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho.

Sérgio José Barcelos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.